CGC-MF: 49.150.352/0001-12 REG Nº CNAS Nº 242.299/78 Rua 20, nº 221 - CEP: 14.780-070

Barretos/SP

FUNDAÇÃO PIO XII

Reconhecido como utilidade Lei Estadual nº 2.224/79 Lei Municipal nº 3.166/78

Relatório do Conselho de Curadores - Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar o Balanço Patrimonial, relativo ao exercício de 2017 e as demais Demonstrações Financeiras do Auditor Independente, relativo ao mesmo período. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos. Barretos 29 de abril de 2018 Presidente do Conselho de Curadores

Em milhares de reais			
ATIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes – sem restrição		2.782	4.92
Caixa e equivalentes – com restrição	3.1	4.227	2.27
Aplicações financeiras – sem restrição	03	7.178	13.88
Aplicações financeiras – com restrição	03	90.982	104.68
Títulos de capitalização – com restrição	3.3	10.592	6.72
Contas a receber	04	20.540	19.34
Títulos a receber	05	19.430	6.67
Estoques		22.910	19.79
Adiantamentos		4.674	1.78
Despesas diferidas		1.242	1.10
Impostos a recuperar		29	11
Outros ativos circulantes	06	7.669	8.67
Total ativo circulante	_	192.255	189.98
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos Judiciais		631	40
Contas a receber		627	62
Investimento		1.899	1.79
Imobilizado Iíquido – sem restrição	07	466.134	405.32
Imobilizado Iíquido – com restrição	7.1	144.844	113.36
Intangível	08	3.360	2.77
Total ativo não circulante	_	617.495	524.27
TOTAL DO ATIVO	_	809.750	714.26

FUNDAÇÃO PIO XII

Balanços Patrimoniais Consolidados Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de

Em milhares de reais			
PASSIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Fornecedores		23.827	26.074
Obrigações sociais	09	8.131	7.334
Obrigações fiscais		1.985	1.785
Empréstimos e financiamentos	10	30.662	22.552
Contingências		-	24
Provisão de férias e encargos		12.681	11.223
Subvenções governamentais relacionadas a ativos	14	-	8.679
Subvenções a realizar	15	121.893	124.898
Provisão honorários médicos		14.643	14.032
Parcelamentos		32	24
Depósito Garantidor	3.3	10.472	6.642
Outros passivos circulantes		1.179	1.050
Total passivo circulante	_	225.505	224.317
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	451	690
Contingências	19	28.110	28.282
Subvenções governamentais relacionadas ativos	14	153.066	108.403
Parcelamentos		629	614
Total passivo não circulante		182.256	137.989
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido		401.989	351.962
Total do patrimônio líquido	_	401.989	351.962
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		809.750	714.268

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

FUNDAÇÃO PIO XII

Demonstração do Resultado Consolidado Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em milhares de Reais

	Nota	2017	2016
RECEITAS			
Receita de convênio – SUS		190.142	178.876
Receita outros convênios		2.646	1.930
Receita de particulares		657	684
Receita de Pesquisa Clinica		6.337	4.407
Receita de Treinamentos	27	6.398	7.298
Doações e subvenções	11,12,13,13.1	327.006	287.254
Receita de Gestão AME	25 e 26.1	19.349	18.247
Receita de Gestão Pública - Rondônia	26	23.550	18.150
Outras Receitas	_	7.829	4.968
Total das receitas	_	583.914	521.814
Receita operacional líquida			
Depreciações assistenciais		(15.797)	(12.997)
Custos dos serviços assistenciais prestados		(293.702)	(273.511)
Superávit Bruto	_	274.415	235.306
DESPESAS			
Salários e encargos		(128.969)	(118.799)
Administrativas e gerais		(86.588)	(87.526)
Depreciação e amortização		(23.088)	(19.133)
Tributárias	_	(1.486)	(757)
Total das despesas	=	(240.131)	(226.215)
Superávit (déficit) operacional	_	34.284	9.091
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Outras despesas		(3.336)	(5.681)
Resultado alienação imobilizado		` 481	1.366
Receita Títulos de Capitalização	3.3	22.495	10.833
Total de outras receitas (despesas) operacionais	_	19.640	6.518
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita financeira		2.441	1.937
Despesa financeira		(6.338)	(4.679)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	_	(3.897)	(2.742)
Superávit/(déficit) do exercício	_	50.027	12.867

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

FUNDAÇÃO PIO XII

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em milhares de reais

	Fundo Social	Reserva de Reavaliação	Doações e subvenções Patrimoniais	Superávit (Déficit) Acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	296.648	37.141	5.306		339.095
Transferência para Fundo Social	37.141	(37.141)			
Superávit do exercício	-	-	-	12.867	12.867
Transferência para Fundo Social	12.867	-	-	(12.867)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	346.656		5.306		351.962
Superávit do exercício	-	-	-	50.027	50.027
Transferência para Fundo Social	50.027	-	-	(50.027)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	396.683	<u>.</u>	5.306		401.989
As notas explicativas da Ad	ministração são	narte integrar	nte das demon	etrações finance	irae

FUNDAÇÃO PIO XII Demonstrações de Fluxo de Caixa Consolidado

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em milhares de Reais

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	50.027	12.867
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	38.885	32.523
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	541	341
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo intangível	3	-
Constituição/(reversão) de contingências	(196)	3.568

Redução (aumento) do ativo		
Títulos de capitalização	(3.866)	(6.726)
Contas/Títulos a receber – líquido de provisão	(13.951)	(8.085)
Estoques	(3.115)	(1.345)
Adiantamentos	(2.886)	` 81Ś
Despesas Antecipadas	(133)	263
Outros ativos	859	1.299
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	(2.247)	4.874
Obrigações Sociais	997	821
Subvenções a realizar	(3.005)	(22.584)
Provisão honorários médicos	611	1.395
Provisão de Férias	1.458	1.402
Depósito Garantidor	3.830	6.642
Outros passivos	36.136	44.801
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	103.948	72.871
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de investimentos	(100)	(498)
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(132.316)	(97.396)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	(132.416)	(97.894)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	26.777	21.648
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(18.906)	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	7.871	21.648
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	(20.597)	(3.375)
Caixa e equivalentes no início do período	125.766	129.141
Caixa e equivalentes no fim do período	105.169	125.766
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	(20.597)	(3.375)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

FUNDAÇÃO PIO XII

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Pio XII é uma instituição sem fins lucrativos e reconhecida juridicamente como sendo de utilidade pública. Tem por objetivo o atendimento médico - hospitalar e ambulatorial a pacientes que necessitem do tratamento cancerológico, especialmente, aqueles que não possuam recursos ou são considerados como de baixa renda, bem como ensino e pesquisa e para a realização de suas atividades, mantêm as seguintes unidades:

Filial	CNPJ	Nome Fantasia
1	49.150.352/0001-12	Fundação Pio XII - São Judas
2	49.150.352/0003-84	Fundação Pio XII – Bahia
3	49.150.352/0002-01	Fundação Pio XII - Antenor Duarte Vilela
4	49.150.352/0005-46	Fundação Pio XII – Creche
5	49.150.352/0004-65	Fundação Pio XII - Alojamento Motorista
6	49.150.352/0006-27	Fundação Pio XII - Pensionato 31
7	49.150.352/0007-08	Fundação Pio XII - Captação de Recursos
8	49.150.352/0008-99	Fundação Pio XII – Jales
9	49.150.352/0009-70	Fundação Pio XII - AME Cirúrgico
10	49.150.352/0010-03	Fundação Pio XII - AME Clinico
11	49.150.352/0011-94	Fundação Pio XII – IRCAD
12	49.150.352/0012-75	Fundação Pio XII – Fernandópolis
13	49.150.352/0013-56	Fundação Pio XII – Carretas
14	49.150.352/0014-37	Fundação Pio XII - São José do Rio Preto
15	49.150.352/0015-18	Fundação Pio XII - Hospital Infantil
16	49.150.352/0016-07	Fundação Pio XII - Porto Velho
17	49.150.352/0017-80	Fundação Pio XII - Ji-Paraná
18	49.150.352/0018-60	Fundação Pio XII - Campo Grande
19	49.150.352/0019-41	Fundação Pio XII - Nova Andradina
20	49.150.352/0020-85	Fundação Pio XII - Notre Dame
21	49.150.352/0021-66	Fundação Pio XII - Área de Apoio
22	49.150.352/0022-47	Fundação Pio XII – Campinas
23	49.150.352/0023-28	Fundação Pio XII – Lagarto
24	49.150.352/0024-09	Fundação Pio XII - Palmas
25	49.150.352/0025-90	Fundação Pio XII - Macapá
26	49.150.352/0026-70	Fundação Pio XII - Rio Branço

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade - ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros para preparação de suas demonstrações

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração de receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa. Â liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumento financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Os valores das contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações.

O método de avaliação de estoques é o da média ponderável móvel e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Entidade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo, etc.).

estimada dos bens.

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica

Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2017.

fl Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Contas a pagar aos fornecedores:

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. O prazo médio de pagamento das contas a pagar de fornecedores é de 30 dias.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem simultaneamente uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

g) Gratuidades em Saúde

Estão demonstradas conforme legislação vigente lei n.o 12.101/09 e alterações e decreto n.o 7.237/10 revogado pelo decreto no 8.242/14.

h) Doações e subvenções específicas

As doações para projetos específicos são registradas no passivo circulante e revertidas integralmente em projetos de pesquisas e ações sociais da Sociedade, quando então são registradas ao resultado para custeio das despesas ou para aquisições de ativos imobilizados. As doações não específicas, destinadas ao custeio normal das operações, são registradas diretamente no resultado como receita de doações.

l) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2017	2016
Fundos de Investimento sem restrição	7.168	12.321
Fundos de Investimento com restrição	90.970	92.231
Poupança sem restrição	10	1.562
Poupança com restrição	12	12.456
Total	98.160	118.570

No montante das aplicações financeiras, o valor de R\$ 11.004 mil refere-se ao PRONON, a contra partida está no passivo em subvenção a realizar, conforme ITG 2002 (R1).(Em 2016 - R\$ 17.364 mil).

3.1. CAIXA EQUIVALENTES COM RESTRIÇÃO

	2017	2016
Conta movimento com restrição Pronon	_	245
Conta movimento com restrição ame	623	612
Conta movimento com restrições diversas	3.604	1.419
Total	4.227	2.276

3.2 TITULOS DE CAPITALIZAÇÃO- COM RESTRIÇAO

A Instituição firmou contratos para negociação de Títulos de Capitalização junto a Hiper Saúde Ribeirão Preto e Saúde Cap. São Jose do Rio Preto, conforme processos SUSEP da Investcap sob. nº s 15414.901233/2016-11 e 15414.901234/2016-57, respectivamente.

Esta operação é administrada pelas empresas Rib Cap Intermediação de Serviços e Negócios Mobiliários Ltda., CNPJ: 18.262.345/0001-70 e LBML Cap Intermediação de Serviços e Negócios Ltda., CNPJ: 24.154.362/0001-03, os quais mensalmente são incorporadas as transações contábeis e financeiras da Fundação

3.3 RECEITA TITULOS DE CAPITALIZAÇÃO- COM RESTRIÇAO

Durante o exercício de 2017 a Instituição obteve receita no montante de R\$ 22.495 mil (Em 2016 - R\$ 10.833 mil) referente as transações envolvendo títulos de capitalização mencionados na nota 3.2.

Há aplicações financeiras decorrentes títulos de capitalização no valor de R\$ 10.592 mil (R\$ 6.726 mil - em 2016) para garantia dos certificados a serem emitidos pela SUSEP que estão devidamente registrados no Passivo como depósitos garantidores no valor de R\$ 10.472 mil (R\$ 6.642 mil - em 2016) e o valor de R\$ 120 mil (R\$ 83 mil - em 2016) como retenções de tributos federais e municipais a recolher.

2017

2016

2016

Convênios – SUS		

4. CONTAS A RECEBER

Convenios – SUS	19.913	18.820
Outros convênios	627	523
Total	20.540	19.343
5. TÍTULOS A RECEBER		
	2017	2016

19.430 Em 10 de novembro de 2016 conforme decreto 8.620, a Prefeitura de Barretos junto com o ministério Público do Estado de São Paulo, firmou instrumento particular de Administração e gestão com a Fundação Pio XII – CNPJ Nº 49.150.352/0002-01 para o prazo de 30 anos

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Santa Casa de Misericórdia de Barretos

2011
48 44
109 191
481 257
7.031 8.184
7.669 8.676
7.031

2016

2017

7. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO - SEM RESTRIÇÃO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u> Anual %	<u>Saldo</u> 31.12.2016 <u>R\$</u>	Adições R\$	Baixas R\$	Transf. R\$	Saldo 31.12.2017 R\$
Custo						
Terrenos	-	18.760	2.203	(17)	-	20.946
Imobilização em andamento	-	44.179	74.026	-	(17.150)	101.055
Benfeitorias em bens de terceiros	2	14.378	0	-	-	14.378
Edificações	2	321.530	277	(180)	17.150	338.777
Móveis, aparelhos e equipamentos	10	93.970	4.929	(916)	90	98.073
Equipamentos cirúrgicos	10	25.678	1.364	(598)	-	26.444
Computadores e periféricos	20	18.765	2.338	(257)	(1)	20.845
Biblioteca	10	54	-	-	-	54
Equipamentos para laboratório	10	11.339	1.458	-	-	12.797
Instalações	10	81	-	-	-	81
Veículos	20	11.412	1.582	(445)	-	12.549
Obras de Arte		62	-	-	-	62
Gestão pública		8.105	238	-	-	8.343
Total		568.313	88.415	(2.413)	89	654.404
Depreciação Acumulada						
Benfeitorias em bens de terceiros		(2.090)	(573)	_		(2.663)
Edificações		(61.154)	(11.498)	2		(72.650)
Móveis, aparelhos e equipamentos		(53.770)	(8.447)	824		(61.393)
Equipamentos cirúrgicos		(18.614)	(1.138)	566		(19.186)
Computadores e periféricos		(9.685)	(2.213)	224		(11.674)
Biblioteca		(47)	(4)			(51)
Equipamentos para laboratório		(5.031)	(1.204)	_		(6.235)
Instalações		(51)	(7)			(58)
Veículos		(8.083)	(1.364)	260	-	(9.187)
Gestão pública		(4.467)	(706)	-	-	(5.173)
Total		(162.992)	(27.154)	1.876		(188.270)
Total		405.321	61.261	(537)	89	466.134

7.1. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO COM RESTRIÇÃO

Descrição	Taxa Anual %	Saldo 31.12.2016 R\$	Adições R\$	Baixas R\$	Transf. R\$	Saldo 31.12.2017 R\$
Custo						
Benfeitorias em bens de terceiros	2	1.284	-	-	-	1.284
Móveis, aparelhos e equipamentos	10	52.163	8.375	(2)	200	60.736
Equipamentos cirúrgicos	10	10.041	663	0	-	10.704
Computadores e periféricos	20	4.976	2.853	(5)	33	7.857
Equipamentos para laboratório	10	7.538	5.857		-	13.395
Veículos	20	5.913	2.533	-	-	8.446
Edificações	2	5.382	_	-	36.285	41.667
Imobilizado em andamento	0	38.860	22.102	-	(36.607)	24.355
Total		126.157	42.383	(7)	(89)	168.444
Depreciação Acumulada						
Benfeitorias em bens de terceiros		(196)	(52)	-	-	(248)
Edificações		(13)	(167)	-	-	(180)
Móveis, aparelhos e equipamentos		(7.548)	(5.728)	1	-	(13.275)
Equipamentos cirúrgicos		(1.996)	(1.014)	_		(3.010)
Computadores e periféricos		(558)	(1.280)	2		(1.836)
Equipamentos para laboratório		(1.249)	(1.073)			(2.322)
Veículos		(1.237)	(1.492)			(2.729)
Total		(12.797)	(10.806)	3		(23.600)
Total	-	113.360	31.577	(4)	(89)	144.844

8. MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL

<u>Descrição</u>	Taxa Anual %	Saldo 31.12.2016 R\$	Adições R\$	Baixas R\$	Transf. R\$	Saldo 31.12.2017 R\$
Custo						
Marcas e patentes	20	24	-	-	-	24
Licença de uso de softwares		3.346	597	(36)	-	3907
Gestão pública		811	16	-	-	827
Licença de uso de softwares (rest.)		2.041	905	-	-	2.946
Total		6.222	1.518	(36)	-	7.704
Amortização Acumulada						
Licença de uso de softwares		(2.531)	(353)	33	-	(2.851)
Gestão pública		(654)	(62)	-	-	(716)
Licença de uso de softwares (rest.)		(267)	(510)	-	-	(777)
Total		(3.452)	(925)	33	-	(4.344)
Total		2.770	593	(3)		3.360

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Salários a pagar	5.619	5.110
INSS a recolher	1.089	881
FGTS a recolher	1.400	1.297
Outros	23	46
Total	8.131	7.334

2017

2016

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

						2017	2016
<u>Instituição</u>	Tipo	Venc.	Taxa juros	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total	Total
Banco do Brasil	Conta Garantida	24/04/18	0,94 % %a.m	17.961		17.961	-
Safra	Conta Garantida	25/04/18	1,01 % a.m	871		871	-
Santander	Conta Garantida	12/4/18	1,02 % a.m	7.031		7.031	-
Banco Lage Landen S/A	LEASING	20/03/21	1.53 % a.m	246	616	862	1.129
Bradesco S/A	Conta Garantida	03/05/18	0,95 % a.m	2.851		2.851	2.327
Bradesco S/A (Ircad)	Conta Garantida	06/06/18	0,96 % a.m	295		295	-
Bradesco S/A	BNDS/PSI - 045-0/40085-8	15/10/19	0,2870% a.m	67	55	122	189
Itaú S/A	Conta Garantida	14/07/18	0,94 % %a.m	1.428		1.428	20.000
Encargos financeiros	Juros			(88)	(220)	(308)	(403)
Total				30.662	451	31.113	23.242
			-				

11. SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS PÚBLICOS ESPECÍFICOS PARA CUSTEIO

Durante os exercícios de 2017 e de 2016, a entidade recebeu subsídios através de convênios firmados com órgãos federais, estaduais e municipais, cujos valores estão contabilizados em receitas:

	2017	2016
Federais	70.984	21.885
Municipais	62.790	64.193
Estaduais	42.607	54.396
Subvenções especificas - AME	142	266
Parcerias	215	2.396
Total	176.738	143.136

SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS PÚBLICOS ESPECÍFICOS PARA INVESTIMENTO

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de "subvenções para investimento" no momento do reconhecimento da despesa de depreciação

2017

2016

	2017	2016
Subvenções Federais	7.635	4.802
Outros	3.488	1.447
Total	11.123	6.249
13. DOAÇÕES PARA CUSTEIO		
	2017	2016
Pessoa Jurídica	47.918	44.482
Pessoa Física	458	551
Promoção de eventos	992	2.195
Doações de Captação	89.750	90.641
Total	139.118	137.869
13.1 DOAÇOES PARA INVESTIMENTO		
	2017	2016
Pessoa Física	27	_
Total	27	
14. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS RELA	CIONADAS A ATIVO	s

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores

decorrentes de Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo 2016

- 8.679
53.066 108.403
53.066 117.082

15. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS À REALIZAR Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores

	2017	2016
Passivo Circulante	121.893	124.898
Total	121.893	124.898

16. ATENDIMENTOS AO SUS - PORTARIA n.º 834 - Ministério da Saúde

Em atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e decreto n.º 7.237/10 revogado pelo decreto nº 8.242/14 a Entidade apurou percentual de atendimento SUS de 100%, incluindo Fundação Pio XII e Gestão SUS

Em atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e decreto n.º 7.237/10 revogado pelo decreto nº 8.242/14 e Portaria n.º 834 - Ministério da Saúde a Entidade apurou percentual de atendimento SUS de 100% de Internações Hospitalares, medidas por pacientes día, e 100% de pacientes SUS no total de Atendimentos Ambulatoriais realizados pelo Hospital. O Hospital apurou percentual de atendimento SUS de 100% de Internações Hospitalares, medidas por pacientes dia, e 100% de pacientes SUS no total de Atendimentos Ambulatoriais

17. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2017 e de 2016, correspondem aos montantes de R\$ 36.400 e de R\$ 33.348 mil, respectivamente.

18. DECISÃO JUDICIAL - IMUNIDADE PIS

A entidade não está recolhendo os pagamentos do PIS - Programa de Integração Social com base em Decisão Judicial que concedeu Antecipação de Tutela suspendendo a cobrança. Dessa forma, a Administração optou em não recolher e não constituir provisão.

19. CONTINGÊNCIAS

A Entidade possui processos fiscais, trabalhistas e cíveis, em andamento e fase de defesa que envolve responsabilidades contingenciais. A Administração da Entidade, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências no valor de R\$ 28.110 mil em 31 de dezembro de 2017 (Em 2016 – R\$ 28.282 mil) para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

20. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre FOPAG, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IPVA, IRPJ, CSLL, IRRF

21. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante o exercício de 2017 à Entidade apurou e contabilizou em contas de "receitas e despesas", um custo de R\$ 235 mil (R\$ 238 mil em 2016) decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém cobertura de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilida

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e,

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores

tampouco, possui em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

24. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As transações entre partes relacionadas foram efetuadas em condições semelhantes às realizadas com partes não relacionadas.

Empresa IBF Industria Brasileira de Farmoquímicos S/A	Operação	Resultado	Ativo/(Passivo)
HCB Unidades Móveis S/A	Prestação de Serviços	1.323	(15.193)
THE SHILLIAN MOVED SIX	Prestação de Serviços	(2.217)	(2.204)
		20	16
Empresa IBF Industria Brasileira de Farmoquímicos S/A	Operação	Resultado	Ativo/(Passivo)
HCB Unidades Móveis S/A	Prestação de Serviços	(1.278)	(15.742)
TIOD Unidades Movels O/A	Prestação de Serviços	(713)	(698)

25. CONTRATO DE GESTÃO AME CIRURGICO

A Fundação foi habilitada como Organização Social da área da saúde, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, através do Despacho do Secretário Adjunto respondendo pelo Expediente nº 107 de 10 de junho de 2009. O Ambulatório Médico de Especialidades Barretos - AME Barretos / Unidade de Cirurgia Ambulatorial oferece atividades cirúrgicas em hospital dia, e institui um serviço que ofereça qualidade e resolutividade. O contrato foi assinado em 25 de março de 2010, com vigência de 5 anos, sendo publicado no Diário Oficial no dia 26 de março de 2010, poder executivo, seção I. Foi assinado novo contrato no dia 09 de março de 2015, com vigência de 5 anos, sendo publicado no Diário Oficial no dia 10 de março de 2015, poder executivo, seção I. Durante o exercício de 2017 a Entidade recebeu o valor de R\$ 8.641 mil (R\$ 7.987

mil em 2016), consequentemente foram executados os serviços mencionados no

Foram executadas seguintes atividades em 2017:

a) DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO

DESCRIÇÃO	REALIZADO
nº de consultas médicas	13.443
nº de consultas/procedimentos terapêuticos não médicos	4.824
nº de cirurgias	8.583
nº de SADT Externo	-

b) COMPARATIVO DE META E PRODUÇÃO

,			
DESCRIÇÃO	CONTRATADO	REALIZADO	%
nº de Primeiras Consultas Médicas	2.400	2.577	7,38
nº de Interconsultas Médicas	6.000	6.148	2,47
nº de Consultas Subseqüentes Médicas	3.600	4.718	31,06
nº de Consultas não Médicas	4.200	4.824	14,86
nº de Cirurgias de Maior Complexidade (CMA)	6.180	6.355	2,83
nº de Cirurgias de Menor Complexidade (cma)	1.800	2.228	23,78
nº de SADT Externo	-	-	-

25.1. CONTRATO DE GESTÃO AME CLÍNICO

A Fundação foi habilitada como Organização Social da área da saúde, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, através do Despacho do Secretário Adjunto respondendo pelo Expediente nº 107 de 10 de junho de 2009. O Ambulatório Médico de Especialidades Geral de Barretos - AME-G Barretos oferece atividades ambulatoriais, consultas e exames, e institui um serviço que ofereça qualidade e resolutividade. O contrato foi assinado em 22 de junho de 2011, com vigência de 5 novado, condo nublicado no i Diário Oficial no 2011, poder executivo, seção I. Para o ano de 2013 foi assinado o Termo Aditivo nº 01/13 em 28 de dezembro de 2012, sendo publicado no Diário Oficial no dia 29 de dezembro de 2012. Durante o exercício de 2017 a Entidade recebeu o valor de R\$ 10.708 (10.260 mil em 2016), consequentemente foram executados os serviços mencionados no quadro abaixo:

Foram executadas seguintes atividades em 31.12.2017:

a) DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO

DESCRIÇÃO	REALIZADO
nº de consultas médicas	54.955
nº de consultas/procedimentos terapêuticos não médicos	15445
nº de cirurgias	1.602
nº de SADT Externo	22.835

b) COMPARATIVO DE META E PRODUÇÃO

Descrição	Contratado	Realizado	%
nº de Primeiras Consultas	14.400	11.395	(20,87)
nº de Interconsultas	6.000	7.500	25,00
nº de Consultas Subseqüentes	38.544	36.060	(6,44)
nº de Consultas não Médicas	7.632	7.350	(3,69)
nº de Procedimentos Terapêuticos não Médicos	9.000	8.095	(10,06)
nº de Cirurgias de Menor Complexidade (cma)	1.680	1.602	(4,64)
nº de SADT Externo	21.960	22.835	3,98

26. CONTRATO DE GESTÃO PORTO VELHO O convênio tem por objetivo: - a) prestar assistência médico-hospitalar gratuita a

pacientes que necessitem de tratamento oncológico; b) promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo oncológico, incrementando a investigação e sua divulgação; c) difundir o diagnóstico precoce e prevenção do Câncer; d) criar e manter cursos de pós-graduação na especialidade de cancerologia; e) contribuir para a solução dos problemas médico-sociais, estendendo seus fins beneficentes a outras entidades públicas ou privadas. Durante o exercício de 2017 a Fundação recebeu o valor de R\$ 23.550 mil (R\$

18.150 mil em 2016), para execução do contrato de gestão firmado junto a Secretaria de Saúde do Estado Rondônia, na data de 29/08/2012 e prorrogados nos Termos Aditivos 7 e 8 datados de 04/03/2016 e 31/08/2016 respectivamente. Foi aplicado como despesa o montante de R\$ 26.645 mil (R\$ 24.090 mil em 2016), consequentemente esse convênio gerou um déficit de R\$ 3.095 mil, (R\$ 5.940 mil em 2016) no ano. a) DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO

PROCEDIMENTOS Medicina Nuclear (terceirizado)

Exames radiológicos (terceirizado)	890
Exames radiológicos (Unidade fixa)	825
Exames radiológicos (Unidade móvel)	551
Exames anatomos patológicos	948
Consultas	3.200
Exames de laboratório	6.250
Exames Diagnose	61

REALIZADO

100

b) SERVIÇOS DE APOIO

SERVIÇOS	QUANTIDADE
	MENSAL/FÍSICO
Nutrição	7.200 refeições
Lavanderia	3.553 Kg
Lixo Hospitalar	769 Kg

27. RECEITAS DE TREINAMENTOS

Treinamentos Ircad Brasil	6.168	6.848
Treinamentos Prevenção	230	450
Total	6.398	7.298
Em 06/10/2010 a Entidade assinou Acordo de Coo	peração com o Ircad	França pelo
período de 15 anos, podendo ser renovados com	n a finalidade de trei	namento de
terapêutica minimamente invasiva incluindo um ce	entro de treinamento	em cirurgia,

um departamento de pesquisa e desenvolvimento em ciências da computação e robótica e assistência de desenvolvimento da Web site Wedsurg no idioma português, oferecendo um serviço de qualidade e resolutividade

a) EXECUÇÃO DO CONTRATO

Foram executadas seguintes atividades em 31.12.2017:

Relatório Analítico

858	1.159	1.369	1.560	1.547	1.543
PARTICIPANTES	PARTICIPANTES	PARTICIPANTES	PARTICIPANTES	PARTICIPANTES	PARTICIPANTES
PRESENÇA	2013	2014	2015	2016	2017
Vagas Oferecidas	1.088	1.332	1.500	1.419	1.326
Vagas Preenchidas	949	1.225	1.363	1.379	1.083
Vagas	87,2%	92%	90,8%	97%	81,7

Considerando apenas as vagas para o módulo teórico-prático

VARIAÇÕES	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017
Amplitude total dos Participantes	30,9%	29,08%	11,27%	1,17%	(21,46%)
Participantes					
Brasileiros	85,8%	86,60%	80,32%	76,60%	81,59%
Participantes					
Estrangeiros	14,2%	13,40%	19,68%	23,40%	18,41%

28. PROGRAMA DE APOIO À ATENÇÃO ONCOLÓGICA (PRONON)

A Lei de incentivo ao PRONON e ao PRONAS/PCD é regulamentada pelo Decreto nº 7.988/13, e tem as regras e os critérios para o credenciamento de instituições e para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos.

Conforme previsto na Lei nº 12.715/12, a dedução dos valores despendidos a título de doação ou patrocínio pelas pessoas físicas só poderá ocorrer até o ano de 2020, e pelas pessoas jurídicas até o ano de 2021.

A Entidade diante do exposto acima, captou recursos e atualmente mantêm três

a) Projeto Pronon nº 25000 158648/2014-17 – Assistência – validade 31/12/2017 b) Projeto Pronas nº 25000.159080/2014-43 - Bella Vita - validade 21/03/2018 MICHEL JORGE HAYEK

SRº HENRIQUE DUARTE PRATA Presidente do Conselho de Curadores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRA-CÕES FINANCEIRAS

Técnico em Contabilidade

CRC: 1SP194766/0-8

CPF: 444.167.258-68

Aos Membros do Conselho de Curadores da FUNDAÇÃO PIO XII Barretos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidada FUNDAÇÃO PIO XII, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO PIO XII em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor. não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 - item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Ênfase

Conforme nota explicativa no. 3.2, A Instituição firmou contratos para negociação de Títulos de Capitalização junto a Hiper Saúde Ribeirão Preto e Saúde Cap. São Jose do Rio Preto, conforme processos SUSEP da Investcap sob. nº s

15414.901233/2016-11 e 15414.901234/2016-57, respectivamente. Esta operação é administrada pelas empresas Rib Cap Intermediação de Serviços e Negócios Mobiliários Ltda., CNPJ: 18.262.345/0001-70 e LBML Cap Intermediação de Serviços e Negócios Ltda., CNPJ: 24.154.362/0001-03, os quais mensalmente são incorporadas as transações contábeis e financeiras da Fundação Pio XII.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsa-

bilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações

financeiras

demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Página 12 l

BARRETOS, DOMINGO, 29 DE ABRIL DE 2018



Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas.

A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de abril de 2018.



Presley José Godoy CRC 1 SP 185.052/O-5